

Associação Corredor Ecológico

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

CONTEÚDO

1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
2 – Balanços patrimoniais	6
3 – Demonstração dos resultados	7
4 – Demonstração das mutações do patrimônio Líquido	8
5 – Demonstração dos fluxos de caixa	9
6 – Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros da
Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba
São José dos Campos – SP

Opinião Sem Ressalvas

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba (“Associação”)**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, compreendendo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba (“Associação”)** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião Sem Ressalvas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos Auditores Independentes pela Auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à **Associação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de Auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a Auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na Auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da **Associação** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.



Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos Auditores Independentes pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de Auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevantes resultantes de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos procedimentos de Auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Associação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Associação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações não forem feitas ou forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo, das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



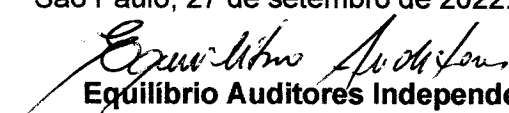
EQUILÍBRIO
AUDITORES
INDEPENDENTES

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outras informações

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores.

São Paulo, 27 de setembro de 2022.


Equilíbrio Auditores Independentes
CRC 2SP 035217/O-3


Nilson de Lima Barboza
Contador
CRC 1SP 188285/O-0
CNAI 1059

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Não Auditada)

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio social	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.066.147	1.878.078	Contas a pagar	6	59.647	10.516
Tributos a compensar		3.612	-	Tributos a pagar	8	3.886	1.742
				Adiantamento de projetos	9	176.839	93.127
				Salários e encargos sociais a pagar	7	1.096.597	805.615
		<u>2.069.759</u>	<u>1.878.078</u>	Total do passivo		<u>1.336.969</u>	<u>911.000</u>
Não circulante							
Investimentos/Projetos	4	12.000	-				
Imobilizado	5	14.251	9.920	Patrimônio social		<u>759.041</u>	<u>976.998</u>
		26.251	9.920	Patrimônio social			
				Total do patrimônio social		<u>759.041</u>	<u>976.998</u>
Total do ativo		<u>2.096.010</u>	<u>1.887.998</u>	Total do passivo e patrimônio social		<u>2.096.010</u>	<u>1.887.998</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Não Auditada)

(Em Reais)

	Nota	2021	2020 (Não Auditada)
Receitas Operacionais			
Doações recebidas	10	1.240.499	1.623.658
Trabalho voluntário	16	156.029	81.628
		<u>1.396.528</u>	<u>1.705.286</u>
Custos operacionais			
Plantio, manutenção e cercamento de mudas de árvores	11	(327.582)	(1.038.561)
Trabalho voluntário	16	(156.029)	(81.628)
		<u>(483.611)</u>	<u>(1.120.189)</u>
Resultado bruto		<u>912.917</u>	<u>585.097</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	12	(1.193.238)	(737.806)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras		<u>(280.321)</u>	<u>(152.709)</u>
Despesas Financeiras	13	(10.513)	(775)
Receitas Financeiras	14	72.877	49.577
Receitas financeiras líquidas		<u>62.364</u>	<u>48.802</u>
Déficit do exercício		<u>(217.957)</u>	<u>(103.907)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Não Auditada)

(Em Reais)

	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total
Em 1º de janeiro de 2020	1.080.905	-	1.080.905
Déficit do exercício	-	(103.907)	(103.907)
Transferência do déficit do exercício	<u>(103.907)</u>	<u>103.907</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2020 (Não Auditado)	976.998	-	976.998
Déficit do exercício	-	(217.957)	(217.957)
Transferência do déficit do exercício	<u>(217.957)</u>	<u>217.957</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>759.041</u>	<u>-</u>	<u>759.041</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Não Auditado)

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2021	2020 (Não Auditado)
Déficit do exercício		<u>(217.957)</u>	<u>(103.907)</u>
Ajustes para:			
Depreciação		<u>4.269</u>	<u>4.779</u>
		<u>(213.688)</u>	<u>(99.128)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Adiantamento de Projetos		83.712	93.127
Tributos a compensar		(3.612)	2.484
Contas a pagar		49.131	5.587
Salários e encargos sociais a pagar		290.982	143.765
Tributos a pagar		<u>2.144</u>	<u>487</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>208.669</u>	<u>146.322</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Investimento em novos projetos de monitoramento remoto	4	(12.000)	-
Aquisição de imobilizado		<u>(8.600)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(20.600)</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>188.069</u>	<u>146.322</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>1.878.078</u>	<u>1.731.756</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>2.066.147</u>	<u>1.878.078</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Associação Corredor Ecológico do Vale do Vale do Paraíba, idealizadora do projeto, é uma organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos, que nasceu da união de diversas organizações do segundo e terceiro setores comprometidas com a sustentabilidade do planeta, e que decidiram unir esforços para a busca conjunta desse fim.

A Associação iniciou suas operações em junho de 2010, e seu objeto social é estimular a conservação e restauração da Mata Atlântica na região do Vale do Paraíba do Sul, por meio de ações integradas às dinâmicas sociais locais, que promovam o desenvolvimento econômico e social, com valorização da cultura regional, reconectando a Serra do Mar à Serra da Mantiqueira, através da:

- Conservação e restauração das áreas de incidência da mata Atlântica no Vale do Rio Paraíba do Sul;
- Proteção das nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul em sua porção paulista;
- Implementação de projetos visando melhoria da qualidade de vida e economia local;
- Geração de trabalho e renda na região; e
- Promoção de atividades educacionais e culturais consideradas relevantes ao incentivo e preservação da cultura local.

A Associação realiza suas atividades através de contratos e termo de colaboração firmados com seus doadores e parceiros, sendo os principais projetos em andamento os abaixo demonstrados:

- Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A, contrato firmado em maio/2019 com vigência até maio/2021;
- Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A, contrato firmado em 2015 com vigência até Ago/2021;
- Prefeitura do Município de Jacareí, contrato firmado em 3 de agosto de 2020 com vigência até 3 de agosto de 2024.

A Entidade é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público conforme determina a Lei 9.790/99, estando sua atividade abrangida pela isenção tributária nos termos da Lei nº 9.532/97. Sua qualificação foi formalizada por Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, órgão integrante do Ministério da Justiça.

COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de

governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Desde 2020, as operações, atividades para visibilidade do projeto, comunicação, assim como as ações de captação de novos projetos da Associação, ficaram praticamente paralisadas devido a pandemia do COVID-19, impactando assim, as receitas e despesas operacionais, também no exercício de 2021.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições aplicáveis da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 3 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

A Associação não possui operações em moeda estrangeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os recebíveis da Associação compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganho e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado: fornecedores e outras contas a pagar.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecida no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento ao fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiros, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos e passivos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Associação não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.6 Investimentos/Projetos

Os investimentos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de qualquer perda não recuperável acumulada.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada em 5 anos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.8 Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Associação, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de ajuste.

2.9 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.10 Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.11 Patrimônio social

Constituído pelo patrimônio social, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício e incorporados à rubrica “Patrimônio social” ao encerramento de cada exercício.

Em caso de dissolução social da Associação, o remanescente do patrimônio líquido será destinado a uma associação ou entidade de fins não econômicos sediada no território nacional, com personalidade jurídica comprovada, devidamente registrada nos órgãos públicos competentes e que preferencialmente tenha o mesmo objeto social da Associação, nos termos do artigo 4º, IV, da Lei 9.790/99, bem como do art. 33, III, da Lei 13.019/2014, de acordo com a Assembleia Geral que deliberar sobre a dissolução. Não existindo no Município, no Estado, Distrito Federal ou Território, associação ou entidade congênere, o que remanescer do patrimônio da Associação se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

2.12 Apuração do superávit ou déficit

As receitas de doações são reconhecidas pelo regime de competência, e se originam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo utilizadas no custeio das atividades da Associação.

As despesas são registradas pelo regime de competência. A receita e despesa financeira são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

2.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e representam os benefícios econômicos prováveis que fluirão para a Associação, reconhecendo as receitas financeiras líquidas do imposto de renda a ser retido de instituições financeiras. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, tarifas bancárias.

2.14 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 a Associação registrou o montante de R\$ 156.029 referente a trabalhos voluntários (R\$ 81.628 em 2020), conforme demonstrado na nota explicativa nº 16 – Trabalho Voluntário.

2.15 Remuneração da Administração

O Estatuto Social prevê que os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal não receberão remuneração, de qualquer tipo, pelas atividades exercidas na Associação. A Associação poderá remunerar os membros da Secretaria Executiva e outros dirigentes que atuem na sua gestão executiva, bem como prestadores de serviços específicos. Em quaisquer dos casos, os valores serão os praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

2.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Associação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020 (Não Auditado)
Caixa e bancos	177.026	25.045
Aplicações em poupança	24.442	23.453
Aplicações financeiras	1.864.679	1.829.580
	<u>2.066.147</u>	<u>1.878.078</u>

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por fundos de investimentos CDB, com remuneração média de 85% do CDI com liquidez imediata e sem restrições de resgate. As receitas financeiras apropriadas ao resultado do exercício totalizaram R\$ 72.877 (2020 - R\$ 35.004).

4 Investimentos / Projetos

	2021	2020 (Não Auditado)
Projeto Monitoramento Remoto	12.000	-
	<u>12.000</u>	<u>-</u>

5 Imobilizado

	2021	2020 (Não Auditado)
Computadores e periféricos		
Custo total	40.215	31.615
Depreciação acumulada	<u>(25.964)</u>	<u>(21.695)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>14.251</u>	<u>9.920</u>
Saldo inicial	9.920	14.699
Adições	8.600	-
Depreciação do exercício	<u>(4.269)</u>	<u>(4.779)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>14.251</u>	<u>9.920</u>
Taxa anual de depreciação - %	20	20

6 Contas a pagar

	2021	2020 (Não Auditado)
Fornecedores	58.047	10.516
Contas a pagar	<u>1.600</u>	<u>-</u>
	<u>59.647</u>	<u>10.516</u>

7 Salários e encargos sociais a pagar

	2021	2020 (Não Auditado)
Salários a pagar	-	8.279
Provisão de férias e 13º salário	-	23.789
Encargos sociais a pagar (a)	<u>1.096.597</u>	<u>773.547</u>
	<u>1.096.597</u>	<u>805.615</u>

- (a) A Associação reconhece o passivo previdenciário sobre a remuneração de colaboradores que tem sua relação com a Entidade formalizada por meio de emissão de nota fiscal de pessoa jurídica.

8 Tributos a pagar

	2021	2020 (Não Auditado)
IRRF a recolher	90	1.538
PIS/Cofins a recolher	279	204
ISS a recolher	<u>3.517</u>	<u>-</u>
	<u>3.886</u>	<u>1.742</u>

9 Adiantamento de projetos

	2021	2020 (Não Auditado)
Projeto Dupont	56.455	-
Projeto Jacarei	<u>120.384</u>	<u>93.127</u>
	<u>176.839</u>	<u>93.127</u>

10 Receitas operacionais

	2021	2020 (Não Auditado)
Doações de pessoas jurídicas:		
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (i)	601.627	1.113.052
Alcoa Foundation and American Forests (iii)	-	200.471
Concessionária da Rodovia Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (ii)	27.294	96.088
Outros Apoiadores (iv)	<u>86.967</u>	<u>61.651</u>
Total das doações com encargos	<u>715.888</u>	<u>1.471.262</u>

Doações de pessoas físicas/jurídicas:		
Arvorecer (v)	32.713	11
Total de doações voluntárias	748.601	1.471.273
Prestação de Serviços		
Prefeitura Municipal de Jacareí (vi)	413.689	124.373
Outros	92.579	38.525
ISS e Cofins sobre serviços	(14.370)	(10.513)
Total das prestações de serviço	491.898	152.385
Total das doações recebidas	1.240.499	1.623.658

- (i) Em 15 de dezembro de 2015, a Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargo para realização do plantio e manutenção de 340.000 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta nos municípios afetados pelas obras da concessionária.
- Em 14 de maio de 2019 a Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargos para realização da manutenção de plantios compensatórios em 98,52 hectares localizados na floresta Atlântica.
- (ii) Em 14 de julho de 2017, a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargo para realização do plantio e manutenção de 2.327 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta.
- (iii) Em 13 de abril de 2016 e 30 de maio de 2017 a American Forest e Alcoa Foudation contrataram a Associação para realização do plantio em modelo de SAF (Sistemas Agroflorestais) de 4.820 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta.
- (iv) São doações de contratos menores e doações esporádicas realizadas por pessoas jurídicas.
- (v) São doações voluntárias realizadas por pessoas físicas e jurídicas pelo *website* www.corredorecologico.org.br, sendo o valor recebido destinado ao plantio de árvores.
- (vi) Em 03 de agosto de 2020 a Prefeitura do Município de Jacareí contratou a Associação por meio de um termo de colaboração com o objeto de planejamento da paisagem e restauração florestal do Município de Jacareí, consoante o plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste.

11 Despesas com plantio de mudas de árvores

	2021	2020 (Não Auditado)
Despesa com plantio e manutenção do projeto Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	229.143	893.837
Despesa com plantio e manutenção do projeto Concessionária das Rodovias Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	11.900	94.150
Despesa com plantio do projeto Alcoa	2.788	7.299
Despesa com plantio e manutenção do projeto com a Prefeitura de Jacareí	64.947	
Despesa com plantio do projeto de outros doadores	18.804	43.275
	<u>327.582</u>	<u>1.038.561</u>

12 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020 (Não Auditado)
Salários e encargos sociais	878.314	588.899
Honorário advocatício, contábil, comunicação e administrativo	91.118	70.599
Despesas com viagens e hospedagens	14.688	3.436
Depreciação	4.269	4.779
Alugueis	15.251	13.984
Outras despesas (i)	189.598	56.109
	<u>1.193.238</u>	<u>737.806</u>

- (i) Compostas substancialmente por despesas com telefonia, refeições, hospedagem do *website*, aluguel de veículos e outras de menor valor.

13 Despesas financeiras

	2021	2020 (Não Auditado)
Despesa c/ IRRF s/ aplicação financeira	9.773	-
Despesas bancárias	702	775
Juros passivos	38	-
	<u>10.513</u>	<u>775</u>

14 Receitas financeiras

	2021	2020 (Não Auditado)
Rendimento de aplicações financeiras	72.877	35.004
Desconto obtido de prestador de serviços	-	14.573
	<u>72.877</u>	<u>49.577</u>

15 Contingências

A Associação não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários ou ambientais.

Os registros contábeis e as operações da Associação estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais e à eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

16 Trabalho voluntário

Os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolso de caixa para a Associação referem-se aos honorários de conselhos, remuneração da diretoria e à prestação de serviços diversos. A Associação, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, estima que teria desembolsado aproximadamente R\$ 156.029 (2020 – R\$ 81.628), conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Honorários		
Conselho Deliberativo (i)	30.942	22.565
Conselho Fiscal (i)	30.942	21.155
Conselho Consultivo (i)	6.382	20.361
Remuneração da diretoria	18.565	12.693
Jurídico	45.850	-
Comunicação	16.800	-
Programa de estágio voluntário	6.548	4.854
	<u>156.029</u>	<u>81.628</u>

- (i) Valor anual calculado utilizando a quantidade de reuniões ocorridas por ano multiplicada por uma remuneração mensal considerada justa para as atividades correspondentes.

17 Instrumentos financeiros

17.1 Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Administração e Conselho da Associação. Os procedimentos de gestão da Associação proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Associação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Risco de liquidez

É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos aplicações financeiras com taxas que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

18 Aspectos fiscais

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997. De acordo com a lei, considera-se “sem fins lucrativos” a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos, (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas e (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - a Associação possui isenção quanto ao recolhimento desse tributo, cujo montante não recolhido em virtude dessa isenção é de R\$ 37.646 (2020 – R\$ 49.025).

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

19 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

20 Eventos subsequentes

Contratos

Em 2020, mesmo no cenário Covid-19, houve a entrada de um dos maiores projetos da Associação, que consiste em uma parceria com a Prefeitura de Jacareí, que através do planejamento estratégico da paisagem do Município e mobilização de produtores rurais, estamos realizando a restauração florestal de suas áreas e direcionando as ações de compensação ambiental do Município.

Além desse projeto, houve novas captações ao final do ano de 2021 e início do ano de 2022, relacionados abaixo:

- Projeto Dupont, contrato assinado em 03 de novembro de 2021 no valor de USD 10.000,00, onde serão realizados levantamento e cadastro dos produtores agroflorestais, visitas, elaboração de mapas e ajustes no CAR, mobilização social e comunicação, elaboração de cartilha digital educativa sobre sistemas agroflorestais e capacitações, fornecimento de mudas frutíferas da Mata Atlântica, apoio na reforma da cozinha da APTA, parceria institucional com a Prefeitura de Pindamonhangaba.
- Projeto Fehidro Saúva, contrato assinado em maio de 2022, no valor de R\$ 1.640.398,00 financiado pelo Fehidro e R\$ 182.259,04 de contrapartida, com o objetivo principal de promover o fortalecimento da cadeia de restauração e fomentar as primeiras

ações para criação de uma futura rede de sementes com variabilidade genética e bem distribuída no Vale do Paraíba por meio da implantação de adubação verde e identificação de matrizes em propriedades rurais mobilizadas no município de Jacareí no âmbito do Projeto Renascentes, além de criar um banco de dados com as informações e dados geoespaciais da implantação, e também desenvolver a capacitação sobre sementes de adubação verde.

- Projeto Plano Diretor de Restauração do Vale do Paraíba em parceria com o Instituto Ekos, contrato assinado em junho de 2022 no valor de R\$ 252.000,00, e tem como objetivo a prestação de serviços técnicos de apoio, para executar o diagnóstico das ações de restauração na UGRHI 02, o mapeamento de experiências e de unidades demonstrativas e a elaboração do Plano Diretor de Restauração para a UGRHI 02, Vale do Paraíba do Sul, para o desenvolvimento do Projeto Plano Diretor de Restauração para a UGRHI 02, Vale do Paraíba do Sul.

Além disso, houve a conclusão e encerramento do contrato com a SAVE Brasil no ano de 2021, que foi um projeto que envolveu trabalhos de planejamento estratégico da paisagem, articulação institucional e mobilização de produtores rurais e prospecção de áreas.

Houve também a conclusão e encerramento do contrato com a Ecopistas, projeto de compensação ambiental, proveniente do processo de implantação das obras do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto.

Em janeiro de 2022 houve o encerramento e conclusão do Projeto Tamoios, que recuperou cerca de 250,54 hectares e plantou aproximadamente 412.079 mudas em 50 propriedades em 12 Municípios.

* * *